

# DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE CRICIÚMA.

**Celine Francisco**

**Graduanda do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense**

**Tatiane dos Santos Virtuoso**

**Professora do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense**

**Resumo:** O ensino de História desempenha um papel importante no processo de ensino. Através da implementação de normativas de educação inclusiva, o ensino de História adapta uma perspectiva inclusiva através de métodos que vão ao encontro das necessidades dos alunos, independentemente das suas capacidades. Neste artigo busca-se discutir aspectos relacionados ao ensino de alunos com autismo no Componente Curricular História, em uma escola da rede municipal de ensino de Criciúma. Fazem parte das fontes analisadas a legislação vigente em nível nacional e municipal, entrevistas semiestruturadas com uma professora de História de uma escola municipal de Criciúma e a coordenadora da Secretaria Municipal de Educação de Criciúma, responsável pela educação dos alunos com deficiência. Se utilizará junto aos referenciais teóricos, documentos orientadores como as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Criciúma. Nesse sentido, os conceitos de educação inclusiva e de ensino de história serão mobilizados na busca por compreender os desafios das práticas pedagógicas inclusivas.

**Palavras-chave:** Inclusão, metodologias e práticas pedagógicas inclusivas, ensino de História; Transtorno do Espectro Autista.

## 1. INTRODUÇÃO

O ensino de História encara desafios significativos, incluindo a disseminação do negacionismo e o revisionismo histórico. Portanto, o ensino de história deve ser pautado pela sensibilidade e pela empatia e desempenhar papel fundamental na construção de uma sociedade que valorize a vida, busque o conhecimento científico e realize análises críticas sistemáticas dos acontecimentos (Domiciano, 2021). Portanto, o objetivo deste artigo é examinar como o ensino de história contribui para uma educação de qualidade e inclusiva para alunos com deficiência, adaptando-se à macro e micro legislação vigente.

Por meio das reflexões de Circe Bittencourt (2009), doutora em Educação e professora da UNICAMP, que apresenta em seu livro "Ensino de História: fundamentos e métodos" uma análise dos aspectos do ensino e aprendizagem de História a autora destaca os problemas teóricos que fundamentam o conhecimento escolar como a relação entre história e memória, identidade e diversidade cultural, entre outros. Sua obra propõe uma reflexão sobre



as finalidades do ensino de História, abordando seu papel na formação dos alunos, assim como as metodologias e recursos didáticos adequados para uma prática histórica crítica e significativa.

Maria Teresa Égler Mantoan, doutora em Educação e professora da UNICAMP, aborda no livro "Inclusão escolar - O que é? Por quê? Como fazer?" (2003) o tema da educação inclusiva. Mantoan, (2003) explora os conceitos e discute a implementação da inclusão nos espaços escolares refletindo sobre diferentes tipos de deficiência, bem como a necessidade de se pensar também nas singularidades dos estudantes sem deficiência. Mantoan defende que a inclusão escolar é como um direito intransferível e propõe mudanças nas escolas e na sociedade baseadas na igualdade e no respeito à diversidade humana.

Michel Foucault (2010), filósofo francês, dedicou-se ao estudo das relações de poder, conhecimento e da subjetividade na história da cultura ocidental. Examinando as formas de conhecimento e de poder que produzem e regulam as normas sociais, bem como a prática de resistência e desafiam a subversão destas normas. Em seu livro, Foucault elabora conceitos como normalização, biopolítica, governo, segurança, disciplina e controle e os aplica a campos tão diversos como medicina, psiquiatria, sexualidade, crime e educação, propondo uma genealogia de imagens desviantes como objetos de intervenção e exclusão na sociedade moderna. Foucault em seu livro aborda os conceitos de normalização, biopolítica, governamentalidade, segurança, disciplina e controle, aplicando-os a diversos domínios, como a medicina, a psiquiatria, a sexualidade, a criminalidade e a educação, propondo uma genealogia da figura do anormal, que emerge como um objeto de intervenção e de exclusão nas sociedades modernas.

Cristiane Soares Cabral (2017), mestre em psicologia clínica pela Unisinos, estuda a inserção educativa de crianças com TEA em seu artigo "Inclusão escolar de crianças com transtornos do espectro do autismo: uma revisão sistemática da literatura". Sua análise abrange o período e os temas estudados e as metodologias utilizadas dentro da literatura, identificando as principais dificuldades, desafios e estratégias para promover uma educação inclusiva de qualidade para esta população.

O ensino de História é permeado de reflexão provocando os professores a repensar as práticas docentes, pois o ensinar é um processo sujeito a mudanças devido à diversidade de modos de aprender de cada aluno (MOREIRA, 2010).

Como abordado durante a graduação de História, como nas aulas de História de Santa Catarina II, o ensino de História envolve a Educação Inclusiva como reflexões sobre as



metodologias que podem ser utilizadas em sala com os estudantes com TEA (Transtorno do Espectro Autista), um transtorno de neurodesenvolvimento que afeta principalmente as áreas da comunicação, o comportamento e interações com os indivíduos. (Menezes, Lima e Rodrigues, 2019).

Durante a graduação tive a oportunidade de experienciar a aplicação de práticas inclusivas enquanto estagiava na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Criciúma. Lá, pude observar o trabalho das professoras da escola, bem como suas abordagens de ensino com os estudantes. Essas abordagens mostraram-se aplicáveis não apenas em uma escola especializada para pessoas com deficiência, mas também em uma escola de ensino regular. Essa experiência despertou meu interesse em aprofundar a pesquisa sobre o assunto.

Com a análise das metodologias empregadas em sala de aula para estudantes com deficiência presenciadas na APAE de Criciúma, juntamente com análise da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Criciúma, pude compreender mais sobre a perspectiva da educação inclusiva. Assim, essa pesquisa permite identificar tanto desafios quanto práticas na promoção da inclusão escolar, oferecendo compreensão sobre a articulação entre a conformidade legal e a implementação das políticas de inclusão.

Nas salas de aula se encontram diversos sujeitos com inúmeras particularidades, é importante que as políticas públicas pensem a inclusão e que os profissionais da área da educação se empenhem para desenvolver aulas dinâmicas que envolvam a turma, aprimorando as habilidades dos alunos e contribuindo para seu desenvolvimento, bem como na formação de indivíduos com pensamentos e práticas inclusivas. A escola tem o dever de promover a inclusão de pessoas com deficiência, como diz a Constituição Federal de 1989 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no artigo 27 diz que: “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida [...]” (2015 p.19).

A inclusão de pessoas com deficiência é um desafio na maioria das nossas escolas, ainda há muito o que repensar e refletir, avançar e qualificar profissionais para esse processo. O sistema de ensino precisa estar apto para essa realidade que vem sendo discutida por muito tempo. Para abranger a diversidade de estudantes nas aulas de História, é necessário a percepção da pessoa com deficiência como elemento participante e integrante do espaço escolar, utilizando de novas abordagens com o diálogo interdisciplinar e transversal, permitindo aos alunos conectarem ideias e aplicar o que aprendem em diferentes contextos, tornando a educação mais relevante e significativa.



A educação desempenha um papel central na busca pela humanização coletiva dos indivíduos, como enfatizado por Freire (2000), e nesse contexto, o Componente Curricular de História assume um papel de relevância quando oferece aos estudantes uma compreensão aprofundada dos processos sociais, culturais, econômicos e políticos. Isso os instrui a participar da vida cidadã, conforme destacado por Guimarães (2012), pois a História proporciona o desenvolvimento de habilidades críticas, incentivando os alunos a questionarem, debater e tomar decisões sobre questões sociais e políticas em suas comunidades e no mundo.

Em última análise, a disciplina de História desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e ativos, preparados para contribuir de maneira significativa para a sociedade. A medida que o tempo avança, testemunhamos o surgimento de movimentos sociais dedicados à promoção da inclusão de todos os estudantes no ambiente escolar, como citado anteriormente de exemplo, a própria Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (lei nº13.146/2015) que representa um marco legislativo fundamental no Brasil, dedicado a assegurar os direitos e a plena inclusão das pessoas com deficiência em todas as esferas da vida, estabelecendo o princípio da igualdade de direitos, promovendo a não discriminação, e exigindo a acessibilidade em espaços públicos, edifícios, serviços, e meios de transporte.

Esses movimentos desempenham um papel significativo ao possibilitar que estudantes, tenham a oportunidade de interagir com colegas tendo suas singularidades respeitadas. Portanto, é fundamental que a escola seja encarada como um espaço destinado à interação, aprendizado e convivência com a diversidade.

Diante disso, esta pesquisa visa compreender a inclusão de estudantes com TEA no espaço escolar e em sala de aula, especificamente nas aulas de História, verificando, por meio de entrevistas semiestruturadas, os desafios enfrentados por uma professora de uma escola da Rede Municipal de Ensino de Criciúma. Outrossim, a entrevista com a coordenação pedagógica responsável pela educação inclusiva na Secretaria Municipal de Educação de Criciúma também será uma fonte a ser analisada, bem como a legislação macro e micro vigente. Importante ressaltar que as pessoas entrevistadas para essa pesquisa serão, dentro do artigo, expostas como Coordenadora entrevistada e Professora entrevistada, visando preservar a identidade das mesmas.

A escola analisada, tem em sua estrutura possibilidades inclusivas que ainda não contempla as necessidades específicas de seus estudantes, mas tem como meta o aperfeiçoamento das estratégias inclusivas, esforçando-se para adotar abordagens pedagógicas diversificadas e implementando recursos tecnológicos acessíveis. Além disso, o



próprio município incentiva continuamente seus professores através de capacitações para atender diferentes estilos de aprendizagem e necessidades específicas dos alunos. A escola conta com uma professora para o atendimento especializado para os estudantes com deficiência, atende os alunos uma vez na semana e hoje, auxilia os professores que necessitam de auxílio com as atividades e avaliações adaptadas.

O atendimento especializado faz parte da legislação nacional e é um local voltado para alunos com deficiência. Uma das problemáticas levantadas neste trabalho é observar de que forma as leis estão sendo implementadas e se estão garantindo o acesso equitativo, à educação para todos.

Além disso, a reflexão sobre a estrutura escolar, incluindo as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o papel dos professores, também levanta questionamentos sobre a disponibilidade de recursos e apoio adequado para alunos com deficiência, bem como a capacitação e suporte fornecidos aos educadores. As práticas pedagógicas direcionadas aos estudantes com TEA também são uma área complexa de discussão, uma vez que a adaptação do ensino de História para atender a essas necessidades requer abordagens criativas e eficazes. Se percebe que a formação de professores desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade.

Diante dessas questões, neste artigo será abordado o Transtorno do Espectro Autista (TEA), verificando o contexto histórico da legislação vigente nacional e municipal, e como estas estão sendo aplicadas no município de Criciúma e como estão sendo feitas as adaptações curriculares do ensino de História em uma escola da rede municipal de ensino de Criciúma, a qual será identificada como escola A para preservar a identidade dela.

Portanto, as inquietações a respeito deste tema nos levam a questionar como a legislação nacional e local aborda a educação voltada para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)? Quais são as principais políticas públicas relacionadas à estrutura escolar para alunos com deficiência, incluindo salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o papel dos professores que atuam nessas salas? Quais são as práticas pedagógicas adotadas por uma professora de História, como no caso da Rede Municipal de Criciúma, para adaptar o ensino de História aos alunos com TEA? E como é desenvolvida a formação de professores para atender às necessidades dos alunos com deficiência em um contexto de educação inclusiva?

## **2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**



Originalmente descrito na década de 1940, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado como uma categoria denominada de Transtornos de Neurodesenvolvimento<sup>1</sup>, segundo a DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), sendo objeto de estudo de profissionais de diversas áreas. A diversidade observada entre aqueles que recebem o diagnóstico, assim como a multiplicidade de incertezas relacionadas à sua origem oferece um amplo campo de análise a ser investigado. Pois, as manifestações do TEA podem variar de acordo com a idade e o estágio de desenvolvimento de cada indivíduo. (APA, 2013).

Segundo a Associação Autismo e Realidade (2020), atualmente, os métodos e, o tratamento mais recomendado para o desenvolvimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) envolve uma abordagem multidisciplinar que inclui profissionais como, psiquiatras, neurologistas, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, entre outros. Essa equipe de especialistas trabalha em conjunto com os profissionais da área da educação para aplicar diversas terapias como a Ciência ABA (Applied Behavior Analysis)<sup>2</sup> e a Terapia Cognitivo Comportamental<sup>3</sup>, onde ambas podem ser feitas simultaneamente com medicamentos, dependendo do diagnóstico do médico, para auxiliar a tratar e compreender o comportamento dos estudantes com autismo, com o objetivo de aprimorar as habilidades cognitivas e os interesses pessoais dos indivíduos com TEA.

Seguindo uma progressão equilibrada, para auxiliar estudantes com TEA na compreensão objetos do conhecimento em sala de aula, Dawson (2014), destaca estratégias para promover o desenvolvimento da criança e adolescente com autismo, sendo elas: o incentivo à brincadeira, interação social, atividades lúdicas e imitação como incentivo para o desenvolvimento da aprendizagem de crianças autistas. Essas estratégias podem ser utilizadas desde a infância, sendo são fundamentais para que os estudantes com TEA melhorem suas habilidades sociais, pois é um período de impacto nas interações com o outro. Entretanto, a importância da formação continuada do conhecimento dos professores sobre os recursos que podem ser utilizados para o suporte dos estudantes com TEA, interfere diretamente na aprendizagem dos estudantes e melhorias em suas interações sociais.

---

<sup>1</sup> De acordo com o DSM V, Transtornos de Neurodesenvolvimento, são caracterizados como dificuldades em habilidades motoras, cognitivas, e interação social. Incluindo deficiência intelectual, transtornos da comunicação, transtorno do espectro autista (TEA) e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH).

<sup>2</sup> A Ciência ABA é uma abordagem científica que visa compreender o comportamento de pessoas com TEA que desejam ampliar ou reduzir, ensinando habilidades úteis para o dia a dia. (Amato e Fernandes, 2013).

<sup>3</sup> A Terapia Cognitivo Comportamental é uma forma de psicoterapia que ajuda as pessoas com deficiência a modificar seus pensamentos, sentimentos e comportamentos que causam sofrimento ou dificuldades em suas vidas, buscando identificar e modificar os padrões de pensamento negativo e as crenças irracionais que geram emoções e comportamentos indesejados. (Amato e Fernandes, 2013).



Além disso, é importante que os profissionais da área da educação consigam reconhecer as características do portador do TEA, para que isso facilite a intervenção adequada na vida daquela criança. Segundo Cabral (2017):

A inclusão escolar é um processo complexo que envolve diversas dimensões: pedagógica, curricular, social e política. Nesse sentido, é necessário que haja uma articulação entre os diferentes atores envolvidos nesse processo: gestores, professores, alunos, pais e comunidade. A inclusão escolar não se resume à presença física do aluno com TEA na sala de aula regular, mas sim à sua participação efetiva e significativa no processo educativo.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa que se manifesta de maneiras diversas, variando conforme a gravidade, a idade e as características individuais de cada pessoa afetada. No entanto, há alguns traços comuns que podem ser observados em diferentes graus. Primeiramente, as dificuldades na comunicação e na interação social são uma característica marcante. Isso inclui a falta de contato visual, não responder quando chamado pelo nome, desenvolvimento tardio ou ausência da fala, repetição de palavras ou frases, dificuldade em manter uma conversa, compreender e expressar emoções, e fazer amigos.

Além disso, os padrões de comportamento repetitivos e estereotipados são notáveis, como a necessidade de alinhar ou organizar objetos, balançar o corpo ou as mãos, interesses restritos ou obsessivos, a adesão a rotinas rígidas e a resistência a mudanças. Outro aspecto comum é a sensibilidade sensorial alterada, levando a reações intensas ou indiferentes a estímulos auditivos, visuais, táteis, olfativos e gustativos.

Essas características podem representar desafios significativos para o desenvolvimento global da pessoa com TEA, particularmente em ambientes familiares e escolares. Portanto, é crucial reconhecer as necessidades de inclusão social e de aprendizagem desses indivíduos, bem como buscar apoio especializado e integrado entre os profissionais envolvidos. A relação entre a família e a escola desempenha um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida das pessoas com TEA e suas famílias, permitindo o compartilhamento de informações, experiências, desafios e conquistas no contexto da inclusão, além de promover um trabalho colaborativo em prol da educação inclusiva.

### **3. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DOCUMENTOS LEGAIS E ORIENTADORES**

Indivíduos com deficiência, foram historicamente segregados e discriminados em muitos países, enfrentaram exclusão devido às suas diferenças em relação ao conceito predominante de normalidade, eram considerados anormais e estavam fora do padrão de



sociedade (FOUCAULT, 2010), abordou como as pessoas com deficiência foram historicamente segregadas e discriminadas, enfrentando exclusão devido às suas diferenças em relação ao conceito predominante de normalidade, que era baseado em padrões hegemônicos de corpo, mente, gênero, raça, classe e sexualidade.

As pessoas com deficiência eram submetidas a diversas formas de violência, desde a Grécia e Roma antiga até os dias atuais, como o controle e marginalização, eram vítimas de ideologias nazistas que defendiam a eliminação dos grupos inferiores. Foucault, (2010) também nos inspira a pensar em outras formas de normalidade, que não sejam baseadas na homogeneização, na padronização ou na hierarquização das diferenças.

Esse processo de exclusão reflete em tempos contemporâneos em uma falta de ações significativas para melhorar a situação das pessoas com deficiência, sendo uma área subvalorizada e de pouco investimento. No Brasil, a educação inclusiva, gradualmente ganhou destaque a partir da década de 1970 devido à criação de várias instituições, como a APAE -Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, o Centro de Educação Especial para Deficientes da Audição (CEEDA), a Fundação Dorina Nowill para Cegos, o Instituto Benjamin Constant (IBC), O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) que visavam atender às necessidades das pessoas com deficiência e vulnerabilidade social. (Mantoan, 2003).

As políticas de inclusão e o desenvolvimento da educação para pessoas com deficiência em todo o mundo foram influenciados pela Declaração de Salamanca de 1994. Esse documento foi um marco internacional na promoção da educação inclusiva, estabeleceu as bases para a inclusão das pessoas na educação, em algumas restrições, seja uma situação social ou financeira. De acordo com a Declaração (p.17-18):

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas.” e, “O planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas. (Declaração de Salamanca, 1994 art. 11º).

A Declaração de Salamanca teve um impacto significativo no Brasil e influenciou no desenvolvimento de políticas educacionais inclusivas, reforçando a sua importância e fomentando acesso à educação de qualidade a todos os alunos. A Constituição Federal de 1988 garante os mesmos direitos para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que para aqueles fora desse espectro. Do mesmo modo, o Estatuto da Criança e do





Adolescente (ECA), lei de nº8.069/1990, visa proteger e garantir os direitos de todas as crianças e adolescentes, lhes assegurando a garantia educacional a todos, resguardando-os de qualquer forma de violência com um sistema de justiça especializado nessas questões.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394/1996 é o marco legal que estabelece os fundamentos da educação no Brasil delineando os princípios e as diretrizes da educação do país ressaltando a importância da educação inclusiva no sistema educacional brasileiro, reforçando o direito à educação para todos e a necessidade de adaptação das escolas para atender alunos com deficiência. Em 2008, foi promulgada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, essa política, visa garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular, promovendo o atendimento educacional especializado com um profissional da pedagogia.

Em 2014, O Plano Nacional de Educação (PNE), lei nº 13.005, estabeleceu um conjunto de metas com o objetivo de melhorar o sistema educacional brasileiro, onde incluem a universalização do acesso à educação infantil, com a garantia de que todas as crianças frequentem o Ensino Fundamental na idade adequada, a expansão da educação em tempo integral, a promoção da alfabetização até o terceiro ano do ensino fundamental, a melhoria da qualidade do ensino por meio de políticas públicas de valorização dos professores e análise dos currículos, o aumento do acesso à educação superior, a valorização dos profissionais da educação e a promoção da inclusão de pessoas com deficiência na educação regular, representando um compromisso nacional em direção a uma educação de qualidade, acessível e inclusiva para todos os brasileiros.

Esses direitos foram ampliados e reforçados pela Lei Brasileira da Inclusão (Lei nº 13.146/2015), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que representa um marco significativo na história da inclusão social no Brasil. Essa legislação nos traz uma grande variedade de questões importantes para a plena participação e igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência em todas as áreas da vida.

A Lei Brasileira da Inclusão representa um marco crucial na promoção da inclusão social no contexto brasileiro. Esta legislação aborda um várias questões de extrema importância, que incluem, mas não se limitam a, acessibilidade física e digital, bem como direitos relacionados ao ambiente de trabalho, destacando a inclusão como um direito intransferível de todos os cidadãos. Ao estabelecer rigorosas normas de acessibilidade e proibir a discriminação no emprego, a Lei da Inclusão visa criar uma sociedade mais igualitária e acessível, eliminando barreiras que historicamente limitaram as oportunidades



das pessoas com deficiência, contribuindo, assim, para a construção de um ambiente social mais equitativo e inclusivo no Brasil.

Em 2017 foi homologada pelo Ministério da Educação do Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que estabelece as aprendizagens fundamentais de todos os alunos da Educação Básica que devem adquirir durante sua vida educacional. Os princípios da BNCC são a promoção de uma formação integral dos estudantes, a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, e o respeito pela diversidade e pelos direitos humanos. (MEC, 2017).

Dentro desse contexto, na BNCC se verifica a importância da educação especial e inclusiva como uma das modalidades de ensino abordadas, levando em consideração as necessidades específicas de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Seu objetivo é assegurar que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando suas características individuais, potenciais e interesses.

Em 2020, a Secretaria Municipal de Educação de Criciúma elaborou as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Criciúma. Estas diretrizes desempenham um papel crucial na orientação da educação no município, destacando uma abordagem pedagógica que enfatiza a formação integral dos alunos e a interdisciplinaridade. Elas refletem um compromisso com a qualidade do ensino, com um destaque na formação contínua dos professores, seguindo as normativas nacionais. (CRICIÚMA, SC, 2020).

Criciúma possui uma rede de ensino municipal que atende desde o Ensino Fundamental Anos Iniciais até o Ensino Fundamental Anos Finais, porém, a igualdade na educação ainda enfrenta desafios, estudantes de diferentes comunidades ou classes sociais podem enfrentar disparidades no acesso a escolas com salas com recursos educacionais AEE.

Conforme a legislação 12.796, Criciúma deve trabalhar para transformar as escolas para atender às necessidades dos alunos com deficiência, disponibilizando salas de atendimento especializado para os estudantes a formação de professores. Hoje no Município, há apenas 26 salas de atendimento especializado equipadas com tablets, notebooks, materiais que são confeccionados pelas professoras de AEE para os estudantes com deficiência. Em Criciúma há aproximadamente 63 escolas, escolas municipais. Porém, segundo a entrevistada A, há um projeto em tramitação para 2024, e ainda segundo ela é uma questão que os gestores da escola reivindicam diariamente. (BRASIL, 2013)

São 26 escolas no município de Criciúma com o AEE hoje, mas pretendemos expandir para que todas as escolas tenham. Tanto é que no ano de 2019 nós abrimos mais 2 salas com recurso próprio do município, porque hoje o MEC não manda



mais recurso para o atendimento educacional especializado. Para o ano de 2024, nós já organizamos. O secretário de educação, o Celito, já nos autorizou e nós teremos mais 4 salas que estarão abertas. As escolas já estão sabendo, já encontramos o espaço, já temos o recurso, já está tudo organizado, então para 2024, nós teremos mais 4 salas. A escola que não tem o professor do AEE é atendida pelos professores das escolas circunvizinhas, mas os gestores, veem nos reivindicar que fosse na própria escola, (Coordenadora entrevistada, 2023).<sup>44</sup>

A dependência de recursos próprios do município para financiar o AEE, uma vez que o Ministério da Educação (MEC) não está mais fornecendo recursos para esse fim, pode indicar uma limitação no apoio governamental ao atendimento educacional especializado, o que pode impactar a qualidade e a sustentabilidade desse serviço no longo prazo. Além disso, o fato de que os gestores das escolas sem salas de AEE precisam recorrer a escolas vizinhas para obter orientação e suporte ressalta a necessidade de uma estrutura mais abrangente e acessível. A dependência de recursos limita a capacidade de fornecer educação especializada de qualidade para crianças com deficiência.

A escola em que observei para a pesquisa do artigo, é uma escola da educação básica de Criciúma, uma escola com uma boa estrutura física para os alunos e para os professores atuarem. Diferente de outras escolas municipais, esta conta com o apoio de uma pedagoga responsável pelo atendimento especializado aos estudantes com deficiência, a pedagoga em questão tem atendimentos semanais com o estudante de inclusão e geralmente trabalha questões relacionadas a coordenação motora e alfabetização, pois o estudante em questão está em fase de alfabetização. Isso inclui a adaptação curricular e a criação de recursos pedagógicos acessíveis, personalizados para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência. No entanto, persistem desafios na implementação efetiva dessas diretrizes nas escolas, tais como a adaptação dos componentes curriculares pela relutância dos professores a buscar auxílio nas adaptações, a garantia de recursos e a necessidade de alinhamento com as políticas educacionais estaduais e nacionais.

Em Criciúma, o maior desafio do ensino de História inclusivo envolve dificuldade dos profissionais da área de adaptar os conteúdos, as metodologias e as avaliações para atender às necessidades e potencialidades dos alunos com deficiência. De acordo com as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Criciúma (2020), o ensino de História deve ser pautado na valorização da diversidade dos alunos, promovendo a inclusão social, cultural e política de todos. (Entrevistada A, 2023). Nesse sentido, o currículo de História incentiva o uso de uma variedade de fontes e linguagens históricas, como textos, imagens, vídeos, músicas, mapas e documentos, com o propósito de estimular o interesse, a curiosidade e a participação dos alunos com deficiência.

<sup>4</sup> Entrevista concedida à Celine Francisco em 21 de setembro de 2023.



Portanto, o cumprimento da legislação desempenha um papel central na promoção de uma educação de qualidade em Criciúma. No entanto, sua aplicabilidade dependerá da atenção constante às questões práticas e da capacidade de adaptação às necessidades específicas dos alunos e das escolas locais. De acordo com a entrevistada B, hoje o atendimento especializado tem mais voz dentro da escola, a mesma relata em entrevista que viu o AEE saindo de apenas uma sala dentro da escola para os outros segmentos, como para a equipe pedagógica, coordenação, e equipe diretiva.

Podemos perceber então que o ambiente escolar de Criciúma reflete a complexidade do sistema educacional brasileiro. A rede municipal de ensino o acesso desigual à educação, estrutura inclusiva, o que dificulta a garantia que todos tenham a oportunidade de desenvolver o seu potencial educativo e contribuir para o desenvolvimento social.

#### **4. DOCÊNCIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A História é uma área do conhecimento que tem como objetivo contribuir para a formação dos estudantes como sujeitos históricos e sociais, capazes de compreender e intervir na realidade em que vivem. Nesse sentido, o ensino de História deve estar atento às demandas e às diversidades da sociedade contemporânea, buscando promover uma educação que respeite e valorize as diferenças culturais, étnicas, linguísticas, religiosas, de gênero, de orientação sexual, de habilidades, entre outras. No entanto, podemos perceber que a área da educação ainda enfrenta muitos desafios para se tornar um ensino inclusivo, que garanta o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os estudantes, independentemente de suas especificidades. (FREITAS, 2019)

Partindo deste pressuposto, muitas vezes, o professor de História reproduz uma visão eurocêntrica, elitista e excludente da história, que silencia ou marginaliza as vozes e as experiências dos grupos sociais que foram historicamente oprimidos ou invisibilizados. Nesta seção, pretendemos discutir como articular o ensino de História para que seja inclusivo, que reconheça e valorize as diferenças como fontes de riqueza e de aprendizagem. Para tal, apresentaremos alguns dados da pesquisa obtidos por meio da entrevista, os conceitos teóricos e práticos que fundamentam esta perspectiva pedagógica, bem como alguns desafios e oportunidades para a sua aplicação em sala de aula.

Para conduzir esta pesquisa, foi feita uma entrevista com uma professora de História envolvida com a inclusão de alunos autistas e a análise da estrutura inclusiva da escola em que a professora entrevistada atua. Durante a entrevista foi abordado que a educação pública no município Criciúma enfrenta uma questão de extrema importância: a contratação de monitores de turma, e a não contratação de segundos professores formados para os alunos com autismo.

A inclusão de alunos com autismo na educação regular é um direito garantido por lei e uma necessidade social, mas também um desafio para as escolas, os professores e os próprios alunos. Para que os alunos com autismo possam aprender e se desenvolver de forma plena e satisfatória, é preciso que haja um atendimento educacional especializado, que contemple as suas especificidades, potencialidades e dificuldades.

Uma das formas de oferecer esse atendimento no município de Criciúma é por meio da atuação de estagiários de ensino superior ou estudantes do Ensino Médio que se inscrevem em editais para exercer funções de apoio pedagógico aos alunos com autismo nas escolas públicas. Esses estagiários recebem uma bolsa-auxílio e têm a oportunidade de vivenciar a prática docente, contribuindo para a sua formação profissional.

No entanto, encontrar estagiários de ensino superior para alunos com autismo não é uma tarefa fácil, pois há uma escassez de candidatos interessados e qualificados para essa função. Segundo a entrevistada, a escassez de candidatos ocorreu pela pandemia.

Entramos em contato com as universidades para ver o que estava acontecendo com essa queda da procura de licenciandos, e eles disseram que era tudo consequência da pandemia. Então agora tudo já está voltando ao normal. E a gente está conseguindo suprir a demanda e teremos para o ano de 2024 um concurso que a gente vai fazer a nível de magistério de ensino médio, para depois estar ofertando para esses profissionais estarem fazendo uma licenciatura, e uma capacitação conosco, para estar atendendo também essa nossa demanda. (Coordenadora entrevistada, 2023).

Diante dessa dificuldade, durante a entrevista se questionou sobre a alternativa de contratação de segundos professores formados em Criciúma, profissionais da educação especial que atuam em parceria com os professores regentes nas salas de aula, compartilhando a responsabilidade pelo planejamento, pela execução e pela avaliação das atividades pedagógicas, tendo em vista as necessidades dos alunos com autismo, com uma formação específica e experiência na área da educação especial, o que lhes confere maior competência e segurança para lidar com os desafios da inclusão. A entrevistada relata que há uma lei federal que traz a contratação de um profissional de apoio, não um segundo professor, que seria a Lei Brasileira de Inclusão, lei nº 13.146 e que o município se organizou conforme suas condições para atender a essa demanda.

No entanto, a contratação de segundos professores formados em Criciúma também enfrenta obstáculos, principalmente de ordem financeira e administrativa. Portanto, a inclusão de alunos com autismo na educação regular em Criciúma depende de uma maior oferta e qualificação de estagiários de ensino superior e de segundos professores formados, que possam oferecer um atendimento educacional especializado de qualidade, respeitando as singularidades e valorizando as potencialidades desses alunos.

<sup>5</sup> Entrevista concedida à Celine Francisco em 21 de setembro de 2023.



Para isso, é necessário que haja um investimento público e uma articulação entre as instituições de ensino superior, as secretarias de educação e as escolas, visando à formação, à seleção e à contratação desses profissionais, bem como à garantia de condições adequadas de trabalho e de remuneração. Somente assim, será possível assegurar o direito à educação e à inclusão dos alunos com autismo em Criciúma.

A formação de professores é de extrema importância para o desenvolvimento da educação e da sociedade, pois desempenha um papel fundamental na preparação de profissionais capazes de transmitir conhecimento, moldar o pensamento crítico dos alunos e promover um ambiente de aprendizado eficaz. No momento, no Brasil, a formação para professores ainda possui obstáculos a serem superados, como o aprimoramento profissional, o aperfeiçoamento das técnicas de ensino e a avaliação dos padrões de qualidade das formações profissionais. (Souza Araújo, 2017).

A formação de professores de História abarca diversos aspectos teóricos e práticos, todos relacionados ao papel social do Componente Curricular, aos objetivos do ensino de História, às metodologias e recursos didáticos, às concepções e práticas de avaliação, entre outros elementos. Nesse contexto, a abordagem de Libâneo (2004) se destaca por mostrar uma perspectiva crítica e reflexiva da formação docente, baseada na integração dos saberes da área específica, dos saberes pedagógicos e dos saberes da experiência.

Para Libâneo (2004), a formação de professores de História deve ser pautada por uma concepção de educação histórica que valorize o desenvolvimento do pensamento histórico dos alunos, ou seja, a capacidade de compreender e interpretar criticamente os processos históricos, as fontes históricas, as diferentes perspectivas historiográficas e as relações entre passado, presente e futuro. Nesse sentido, ele propõe uma abordagem reflexiva na formação de professores de História, que compreende três dimensões principais: a reflexão sobre a própria prática docente, a reflexão sobre os fundamentos teóricos da educação histórica e a reflexão sobre o contexto social em que a escola e a sala de aula estão inseridas.

Mantoan (2003) também parte do pressuposto que os professores devem ser capacitados a reconhecer e valorizar a diversidade presente nas salas de aula, buscando estratégias e métodos pedagógicos que garantam a inclusão de estudantes com deficiências e outras diferenças, como adaptação curricular, adaptação de atividades e das próprias aulas para que os alunos se sintam parte integrante da aula.

Hoje, durante a formação de professores dentro da Academia, há uma carência de disciplinas relacionadas a práticas pedagógicas na educação inclusiva nas salas de aula. Isso significa que os professores recém-formados saem da graduação com pelo menos uma noção de como adaptar as atividades e avaliações em sala de aula para seus alunos com deficiência. No entanto, muitos professores mais experientes não receberam essa formação e, por vezes,



não sabiam como aplicar seu conhecimento a esses alunos. Portanto, a formação continuada dos professores em exercício se torna necessária (Libâneo, 2004).

Em conversa com a professora entrevistada, ela relatou que em sua graduação não houve nenhum tipo de preparo para lidar com a adaptação curricular e que somente com sua experiência pedagógica e, neste contexto, conversando com a professora de AEE da escola, conseguiu desenvolver estratégias e adaptações favoráveis às diferentes formas de aprendizagem de seus estudantes, considerando também a realidade sociocultural em que estão inseridos. Além disso, a graduação de História traz uma reflexão sobre a prática pedagógica desde os estágios obrigatórios, promovendo uma cultura de reflexão e questionamento sobre a prática docente.

A formação de professores de História deve ser uma formação crítica e reflexiva que busca articular os saberes da área, os saberes pedagógicos e os saberes da experiência, tendo como horizonte a educação histórica como uma prática social, didática e política. Essa reflexão deve considerar as demandas sociais por uma educação que contribua para a formação cidadã dos alunos, promovendo o respeito à diversidade cultural, enfrentando as desigualdades sociais e criando um ambiente escolar que abrace a diversidade (Bittencourt, 2009).

A reflexão sobre o contexto social em que a escola e a sala de aula estão inseridas visa compreender as relações entre o ensino de História e a realidade sociocultural dos alunos e da comunidade escolar. Além disso, essa reflexão deve levar em conta as condições materiais e institucionais em que o ensino de história ocorre na escola pública brasileira. A formação de professores de História deve ser uma formação crítica e reflexiva que busca articular com os saberes da área, os saberes pedagógicos e os saberes da experiência, tendo como horizonte a educação histórica como uma prática social, didática e política. (Gomes, et al. 2019)

No que diz respeito a ensinar História de forma inclusiva, não se trata apenas de adaptar os conteúdos e métodos de ensino para os alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais, mas sim de mudar a escola e a sociedade como um todo, para torná-los lugares mais democráticos, justos e solidários.

A inclusão de estudantes com deficiência não é apenas um ideal a ser buscado, mas uma realidade tangível que pode ser construída por meio do compromisso, da preparação adequada e da disposição para abraçar a diversidade. Em um mundo que valoriza a igualdade de oportunidades e o respeito à individualidade, a educação histórica (Cainelli, 2014) inclusiva é fundamental para moldar cidadãos críticos e conscientes. Portanto, as práticas pedagógicas de professores são um passo importante, construindo um futuro mais inclusivo e igualitário por meio do ensino de História. (Nunes, Saia e Tavares, 2015)

O ensino de História inclusivo busca abranger a diversidade dos alunos e suas

variadas maneiras de aprender, interagir e se expressar. Nesse contexto, ele não se restringe à mera adaptação dos conteúdos e métodos para atender aos alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais, mas visa, sobretudo, à transformação da escola e da sociedade, tornando-as mais democráticas, justas e solidárias. A metodologia de ensino de história desempenha um papel crucial na formação de cidadãos críticos e conscientes, capacitando-os a compreender a complexidade do passado e seu impacto no presente. (Menezes, 2019).

Durante a pesquisa de campo, a observação do estudante e as conversas com as entrevistadas permitiram examinar a desigualdade entre a teoria e a prática do ensino inclusivo em uma escola de Criciúma, abrangendo não apenas a conformidade com a legislação municipal, mas também as metodologias de ensino aplicadas efetivamente dentro da sala de aula. Para começar a análise de dados, abordaremos o contexto escolar, a formação de professor e as metodologias utilizadas com o estudante, como as adaptações curriculares e a legislação aplicada no município de Criciúma.

Referente a legislação e adaptação curricular para alunos de inclusão, a coordenadora entrevistada nos relata que isso recai exclusivamente sobre os professores, conforme estipulado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). No entanto, ela também menciona o apoio das professoras do Atendimento Especializado (AE) e dos monitores de turma na implementação das atividades adaptadas com os alunos.

A responsabilidade, conforme traz na LDB, é do professor regente, ele é que é responsável por todas as matrículas daquela sala, criança com deficiência, sem deficiência, criança com dificuldade de aprendizagem, né? Porque quando a gente fala em adaptação curricular é um direito de todos de aprender, não importa se tu tens um laudo, se tu não tens, se tu tens dificuldades, se tu aprendes de uma outra maneira, né? Então isso é responsabilidade do professor estar ofertando a aprendizagem para esse estudante. As escolas que têm o atendimento educacional especializado sim, uma grande parceria as professoras se ajudam, levam sugestões, colocam experiências que aconteceram positivamente na sala de AE que o professor pode estar levando para o regular e assim por diante, mas a responsabilidade é do professor regente. (Coordenadora entrevistada, 2023).<sup>6</sup>

De acordo com a entrevistada, a necessidade desses setores trabalharem juntos para melhorar o ensino-aprendizado dos alunos, visto que o atendimento especializado confecciona materiais, como pranchas de comunicação, para os alunos e que podem auxiliar os professores regulares em suas atribuições em sala de aula.

Porém ainda há muita resistência de alguns professores, maioria por parte do Ensino Fundamental anos finais, pelo fato que a educação especial ainda ser muito nova, e que se consolidou no município apenas em 2015. Segundo a entrevistada, ela acredita que essa resistência se dá ao fato de que na graduação não há um preparo dos futuros professores para lidar com os estudantes com deficiência. Isso destaca a necessidade de reformas na formação

<sup>6</sup> Entrevista concedida à Celine Francisco em 21 de setembro de 2023.



de professores para garantir que eles estejam bem-preparados para atender a diversidade de estudantes em suas salas de aula:

Cada professor é responsável pela adaptação dos planejamentos e atividades. É onde eu te disse, lá no início da nossa conversa, que a gente tem muitos professores resistentes, sabe? Eu digo: Olha, tenta fazer assim e tal. Aí respondem: eu não estudei, eu não aprendi isso na faculdade, eu nunca lidei com autista. Eu não sei como funciona trabalhar com um PCD. Então, assim temos ainda bastante resistência. Eu digo que tudo são passos de formiguinha, né? A gente já avançou bastante. Eu ainda acho que a educação especial é muito nova, né? Dentro de todos os parâmetros, porque é algo que legalmente aí está desde 2015 ativo. Chegou em 2008, mas até se consolidar, foi a partir de 2015. Então é tudo muito novo ainda. Eu acredito, sim, que futuramente não vamos precisar de momentos para estar discutindo a educação especial, que ela vai acontecer assim como acontece o regular. (Coordenadora entrevistada, 2023)<sup>7</sup>

Mantoan (2003), nos traz que a formação de professores deve ser centrada em práticas inclusivas, que considerem as particularidades de cada aluno, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito à individualidade, e isso requer uma mudança profunda na formação docente, com a incorporação de conhecimentos sobre educação especial e estratégias pedagógicas que favoreçam a participação de todos os estudantes. Além disso, a reflexão sobre as próprias práticas docentes tem como objetivo analisar as escolhas metodológicas, os recursos didáticos, as estratégias de avaliação e as interações interpessoais que ocorrem no processo de ensino e aprendizagem da História. Essa reflexão deve ser coordenada de maneira sistemática e crítica, visando identificar os pontos fortes e fracos da prática docente, dificuldades e desafios enfrentados pelos professores e pelos alunos, e as possibilidades de melhorias pedagógicas.

Além disso, a reflexão sobre a própria prática docente deve ser compartilhada com os colegas de profissão por meio de espaços coletivos de formação continuada, como cursos, oficinas, seminários e grupos de estudos. A formação de professores de História deve ser pautada por uma concepção que valorize o desenvolvimento do pensamento histórico dos alunos, ou seja, a capacidade de compreender e interpretar criticamente os processos históricos, as fontes históricas, as diferentes perspectivas historiográficas e as relações entre passado, presente e futuro. Nesse sentido, ele propõe uma abordagem reflexiva na formação de professores de História, que compreende três dimensões principais: a reflexão sobre a própria prática docente, a reflexão sobre os fundamentos teóricos da educação histórica e a reflexão sobre o contexto social em que a escola e a sala de aula estão inseridas. (Libâneo, 2004).

Como as adaptações são de responsabilidade dos professores, segundo a entrevistada e a LDB, a entrevista com uma das professoras de História da rede municipal de Criciúma se fez fundamental para entender de que forma a professora adapta os conteúdos e materiais

<sup>7</sup> Entrevista concedida à Celine Francisco em 21 de setembro de 2023.

didáticos para os estudantes com deficiência. Referente a adaptação curricular, a professora relata que planeja sua aula e concomitantemente uma atividade de acordo com o tema a ser trabalhado para o estudante, ela nos relatou que essa é uma das estratégias utilizadas e que houve sucesso, assim que chega em sala de aula, ela tem um primeiro momento de ir ao encontro deste estudante, entregar a atividade expondo sobre o conteúdo e o que espera dele para o aluno e a monitora o auxilia na execução da atividade.

Geralmente, o que que eu faço? Eu chego na sala de aula, eu já conversei com a monitora. Então, a primeira coisa é: Colocar atividade e o que eu espero. Eu chego na sala, esqueço um pouco da turma, vou até ele e a monitora. (Professora entrevistada, 2023)<sup>8</sup>

Importante ressaltar que a maioria de seus estudantes com deficiência estão em fase de alfabetização. E por este mesmo motivo a professora utiliza da História para desenvolver outras habilidades, como a escrita, leitura e coordenação motora.

Estou fazendo esse processo de alfabetização com eles nas minhas atividades de alguma forma, apesar de eu colocar o tema História. Até conversei com a professora do AEE sobre isso. É importante, trazer é a inclusão, trazer a história, né? Eu sou uma professora em construção, então eu vejo assim que: Ah, OK, está sendo mais fácil de preparar as atividades, está sendo mais fácil dialogar, está sendo mais fácil fazer as adaptações para a área de história. Essas últimas semanas a gente tá trabalhando, por exemplo, o segundo o governo de Vargas, com a questão do nacionalismo, da criação da Petrobras. Então o estudante conseguiu entender o que é petróleo, ele conseguiu entender o que é a gasolina, que a gasolina move os combustíveis. É porque eu coloco Getúlio Vargas em um textinho curtinho. Ah, por exemplo: Getúlio Vargas foi presidente do Brasil. E aí, pergunto, por exemplo: Circule a palavra presidente, reescreva a palavra presidente. Então é mais os conceitos que a gente trabalha. Trabalhamos o conceito de Guerra Fria, foi bem legal, eu coloquei assim: circule as palavras. Uma vez que eu trabalhei com a temática de Guerra e de Guerra Fria, né? Ai, circule as palavras que são de guerra, a monitora falou para mim que ele foi direto na paz. É, então assim, é mais conceitos que eu me esforço. Não é propriamente o conteúdo, entendeu? Ele vai entender o que é presidente, legal. Vai entender o que é o estado de Santa Catarina, a cidade onde ele mora, legal! São essas pequenas conquistas que eu espero. Agora é isto, é algo que é um conhecimento que ele já tem também? As atividades que permitam dialogar com os conhecimentos que ele já tem. Os alunos estão em processo de alfabetização. Então por isso é mais difícil falar sobre ensino de história. Cito como te falei, a História, ela está no caminho, na questão da localização, nós estamos trabalhando. Tem algumas noções que ficam de local de tempo e de conseguir se colocar no local no tempo. (Professora entrevistada, 2023).<sup>9</sup>

Para as atividades, a professora utiliza de recursos visuais como peças de madeira, imagens e desenhos para trabalhar com conceitos chaves a partir do conteúdo trabalhado, como exemplificado na citação acima sobre o Segundo Governo de Vargas, nessas adaptações há o auxílio da professora de AEE da escola aconselhando a professora referente a adaptação da atividade.

<sup>8</sup> Entrevista concedida à Celine Francisco em 15 de outubro de 2023

<sup>9</sup> Entrevista concedida à Celine Francisco em 15 de outubro de 2023

Segundo a professora entrevistada, as adaptações ocorrem após a observação da professora de AEE em suas aulas, e surgem na forma de conversa e conselho.

Eu diria que eu aprendi porque eu acabei conversando bastante com a professora responsável pelo AE, por exemplo, semana passada ela foi assistir uma aula nossa e viu eu entregando atividade, e ela viu que não tinha cabeçalho. E ela sugeriu de começarmos a fazer um cabeçalho nas atividades, e aí eu comecei, já gostei e adaptei assim. (Professora entrevistada, 2023)<sup>10</sup>

Porém, de acordo com a professora de História da escola, somente por ter se aproximado da professora do AEE, que ela está conseguindo adaptar os materiais para seu estudante, pois anteriormente ela não tinha este suporte do segmento de AEE da escola.

Olha, eu acabei me juntando muito com a professora do AEE, com a responsável pelo AE na escola. Então eu estou adaptando os materiais através dos diálogos com ela. Mas quando eu entrei não recebi uma formação específica. Mas ela se colocou à disposição. Agora eu vejo as mudanças acontecendo. (Professora entrevistada, 2023).<sup>9</sup>

A professora de AEE da escola tem atendimentos com os estudantes individualmente e hoje, após sua evolução dentro da escola, como relatado anteriormente, a professora também assiste as aulas dos professores regentes para acompanhar os estudantes em sala de aula e, a partir desses acompanhamentos, ela auxilia os professores regentes em algumas questões relacionadas às adaptações de materiais, e algumas vezes até empresta materiais utilizados em seu atendimento.

Das dificuldades encontradas para um ensino de História mais inclusivo, a professora entrevistada relata que é importante que esteja com o aluno um segundo professor formado, e não um acadêmico de licenciatura, segundo ela um segundo professor pode facilitar a aplicabilidade das atividades, auxiliar a professora no ensino e diminuir a rotatividade que há dos monitores de turma.

Olhe em relação aos ao ensino histórico. Primeiro lugar, assim acho que seria muito interessante ter uma segunda professora formada, por quê? Acho que nós estamos com mais sorte do que juízo. Nós estamos com pessoas boas, tá? Nós estamos com pessoas boas, com pessoas engajadas nessas atividades. Mas tivemos épocas de muita transição. Eu entendo que eu agradeço por haver esse programa. Sim, porque eu tive a experiência de ficar sozinho em sala de aula. Foi muito difícil, então agradeço por esse programa, mas acho que até a existência de um segundo professor representa uma valorização dessa atividade é uma preocupação real com o aluno. Por que colocar um monitor quando se pode colocar uma pessoa efetiva que pode continuar com ele até sua formação no ensino básico? (Professora entrevistada, 2023).<sup>11</sup>

Porém, no município, a não inserção de segundos professores em sala de aula se dá pela legislação, segundo a coordenadora entrevistada:

<sup>10</sup> Entrevista concedida à Celine Francisco em 15 de outubro de 2023

<sup>11</sup> <sup>7</sup> Entrevista concedida à Celine Francisco em 15 de outubro de 2023

Então o que acontece? Nós temos uma lei federal, tá? A lei federal da educação especial fala em um profissional de apoio. Aí cada município se organizou conforme achava que tinha condições para atender. A demanda que tinha com esse profissional de apoio o estado interpretou que atenderia como segundo professor e os demais municípios. Até cito, se você for pesquisar aqui na região da AMREC, os nossos municípios também trabalham com a mesma proposta que o município de Criciúma, que é o monitor de turma, né? Que a gente contrate os estagiários no nível de licenciatura. (Coordenadora entrevistada, 2023)<sup>12</sup>

A inclusão escolar é um desafio que necessita da formação e a atuação qualificada dos professores, que devem estar preparados para lidar com as especificidades de alunos com deficiência e oferecer um ensino adequado às suas necessidades educacionais.

Nesse contexto, o segundo professor é um profissional que atua em parceria com o professor regente da sala de aula, auxiliando na mediação das atividades, na orientação das rotinas, na facilitação da comunicação, na promoção da interação social e na avaliação da aprendizagem do aluno com TEA.

No entanto, a realidade brasileira mostra que há uma escassez de profissionais qualificados para exercer essa função, o que leva muitas escolas a recorrerem aos estagiários de licenciatura como segundos professores de alunos com TEA. Essa prática, embora possa trazer alguns benefícios para a formação inicial dos futuros professores, também apresenta uma série de problemas que comprometem a qualidade da educação inclusiva. Entre os problemas, podemos citar: A falta de orientação e supervisão adequadas dos estagiários por parte dos professores regentes, o que pode gerar insegurança, despreparo e desmotivação nos estagiários.

A precarização das condições de trabalho dos monitores, que muitas vezes recebem baixas remunerações, têm jornadas excessivas e não contam com os direitos trabalhistas garantidos aos profissionais efetivos. A desvalorização do papel dos monitores, que muitas vezes é visto como um mero auxiliar ou substituto do professor regente, e não como um coautor do processo educativo. A falta de reconhecimento e valorização dos alunos com TEA, que podem ser vistos como um sujeito em processo de aprendizagem, e não como sujeitos de direitos e protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

Diante desses problemas, é necessário repensar o papel dos estagiários como segundos professores de alunos com TEA, buscando garantir uma formação e uma atuação ética, crítica e comprometida com a educação inclusiva. Para isso, ampliar o currículo dos cursos de licenciatura com o conhecimento sobre essa temática é desenvolver competências para o trabalho pedagógico com os alunos com TEA.

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida à Celine Francisco em 21 de setembro de 2023.



A importância de um profissional qualificado para o atendimento dos alunos com TEA está relacionada com a necessidade de prestar um apoio pedagógico individualizado e adaptado às suas particularidades, tendo em conta o seu ritmo, potencialidades e dificuldades. Um profissional que atue de forma colaborativa com o professor da turma e ajuda a mediar atividades, orientar rotinas, facilitar a comunicação, promover a interação social e avaliar a aprendizagem de alunos com TEA, o que ajuda a criar uma cultura inclusiva, que valoriza a diversidade e combate o preconceito.

Além disso, esse profissional, o segundo professor, pode promover a articulação da escola, da família e dos serviços de saúde, buscando atividades interdisciplinares e transdisciplinares que garantam os direitos e o bem-estar dos alunos com TEA. Portanto é fundamental na inclusão dos alunos com deficiência na escola, pois pode proporcionar um ambiente convidativo, estimulante e significativo para o seu desenvolvimento holístico. (Pimentel e Fernandes, 2014).

Porém, na rede municipal de ensino de Criciúma professores regentes atendem estudantes da turma em sua totalidade de forma autônoma. Quando questionada sobre o método que utiliza para avaliar o progresso da aprendizagem dos alunos com deficiência, a entrevistada B afirma que utiliza uma abordagem baseada em atividades e retorno dos monitores. Ele enfatiza que é importante saber se os alunos conseguiram realizar as tarefas de forma independente ou se precisaram de ajuda adicional.

O método de avaliação nas escolas do município para os alunos com deficiência é o parecer descritivo, a mesma relata que o que ela produz é anexado ao sistema e compartilhado com os pais dos alunos.. Por outro lado, a professora do AEE utiliza o mesmo método de avaliação, porém é mais completo, os resultados também são compartilhados com os pais dos alunos. Ele ressalta que não há um padrão de parecer a seguir, mas que a avaliação tem como foco analisar o progresso do aluno, identificando áreas que precisam de desenvolvimento e estratégias pedagógicas que devem ser mantidas ou alteradas. O parecer descritivo do aluno irá refletir autenticamente a oferta pedagógica do professor. Portanto, a escolha destes métodos de avaliação reflete uma compreensão do desenvolvimento do aluno e uma comunicação com os pais.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

O presente artigo buscou analisar as principais dificuldades e desafios enfrentados pelos professores de História que atuam com alunos com autismo. A partir da pesquisa realizada em uma escola pública da cidade de Criciúma, foi possível constatar que o ensino de história inclusivo ainda é um desafio, que demanda ações conjuntas entre os diferentes agentes envolvidos no processo educativo.



A legislação vigente, a formação docente, o apoio pedagógico e as práticas pedagógicas são aspectos que precisam ser revistos e aprimorados para garantir o direito à educação de qualidade para todos os alunos, respeitando e valorizando suas singularidades e potencialidades.

O ensino de História deve ser um espaço de diálogo, reflexão e participação, que contribua para a formação de cidadãos críticos, conscientes e ativos na sociedade. Para isso, é necessário que os professores sejam capacitados para utilizar metodologias de ensino que estimulem o interesse, a curiosidade, a criatividade e a autonomia dos alunos com autismo, bem como reconheçam e valorizem suas formas de expressão, comunicação e aprendizagem.

Para isso, a formação inicial e continuada de professores deve abranger não apenas os aspectos teóricos da disciplina, mas também preparar os professores para lidar com a diversidade dos estudantes em sala de aula, adaptando conteúdos e métodos de ensino conforme necessário. O monitor de turma, quando presente, deve atuar como um mediador entre o professor regente, o aluno com autismo e os demais colegas, oferecendo suporte individualizado e adaptado às necessidades do estudante, no entanto, é prescindível que esses profissionais sejam qualificados para desempenhar esse papel de maneira eficaz, já que atualmente a contratação de um segundo professor formado para atuar com o estudante não é realidade no município analisado. A colaboração entre os profissionais da educação, as famílias, as instituições de ensino superior e as organizações da sociedade civil se faz fundamental para o desenvolvimento de uma educação inclusiva efetiva e transformadora.

Em suma, o ensino de História inclusivo não se trata apenas de adaptação de conteúdo, mas de transformar a escola e a sociedade em um ambiente mais democrático e igualitário. A busca pela inclusão é um desafio, mas é um passo importante na construção de um futuro mais inclusivo e respeitoso com a diversidade, onde a educação histórica desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes de seu passado e de sua responsabilidade no presente.

## **6. AGRADECIMENTOS:**

Neste momento de conclusão do meu Trabalho de Conclusão de Curso, sinto a necessidade de expressar minha gratidão a todas as pessoas que desempenharam papéis fundamentais em minha jornada acadêmica. Sem o apoio e o incentivo de cada um de vocês, esta realização não seria possível. Portanto, gostaria de dedicar este agradecimento especial a quatro grupos de pessoas muito importantes em minha vida: minha família, meus amigos, professores, e especialmente ao meu avô.



Em primeiro lugar, quero expressar minha eterna gratidão à minha família. Minha jornada acadêmica foi repleta de desafios e momentos difíceis, mas vocês estiveram sempre ao meu lado, oferecendo apoio emocional, incentivo e orientação. À minha mãe, meus irmãos, meus avós, tios e tias, que sempre acreditaram em mim e me deram força para continuar, a vocês dedico o meu trabalho. Ao meu namorado, Mauricio e sogra, Luiza, que compartilharam comigo as alegrias e as dificuldades dessa caminhada, o meu profundo agradecimento. Sem a base sólida que vocês me proporcionaram, eu não estaria aqui hoje.

Às minhas amigas, Vitória e Joana e ao meu amigo Felipe, quero expressar minha gratidão por serem fonte de inspiração, apoio e companheirismo ao longo desses anos de estudo. Suas palavras de encorajamento, nossas longas conversas e os momentos de descontração foram essenciais para manter meu equilíbrio e minha motivação. Sei que posso contar com cada um de vocês, e isso é um privilégio que valorizo profundamente.

Aos meus professores da graduação, quero agradecer por sua dedicação, paciência e conhecimento compartilhado. Suas aulas e orientações foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico. Cada um de vocês desempenhou um papel vital na minha formação, e suas lições continuarão a me guiar em minha jornada profissional. E principalmente a minha orientadora, Tatiane, que não mediu esforços para me auxiliar neste momento. Gratidão!

Por último, mas não menos importante, gostaria de dedicar este trabalho ao meu amado avô, Seu Joca, que infelizmente nos deixou antes de ver este momento se concretizar. Seu amor, sabedoria e apoio ao longo de minha vida sempre foram uma fonte de inspiração. Seu legado de dedicação ao aprendizado e à perseverança continuará a me guiar em meu caminho. Dedico este trabalho a ele, em sua memória, com profundo respeito e carinho.

Minha jornada acadêmica e a conclusão deste TCC não teriam sido possíveis sem o amor, o apoio e a compreensão da minha família, a amizade sincera dos meus amigos e a inspiração de meu avô. A todos vocês, meu mais sincero agradecimento. Este trabalho é, de certa forma, uma homenagem a cada um de vocês, que tornaram possível o meu sucesso.

## 7. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V**. 5. ed. São Paulo: Artmed, 2013.

AUTISMO E REALIDADE. **Transtorno do espectro autista**. [S.l.], 2020. Disponível em: 1. Acesso em: 17 out. 2023.

BERTOTTI, Rudimar Gomes; RIETOW, Gisele. **Uma breve história da formação docente no Brasil: da criação das escolas normais às transformações da ditadura civil militar**. XI Congresso Nacional de Educação – Educere. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, de 23 a 26 de setembro de 2013.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

BRAGA, A. **Ensino de História para estudantes com deficiência e transtorno do espectro autista: derrubando barreiras de acesso ao conhecimento**. Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 1-23, 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF: Senado Federal, 1990. Disponível em: 2. Acesso em: 08 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: 3. Acesso em: 08 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, DF: Senado Federal, 2014. Disponível em: 4. Acesso em: 08 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: 5. Acesso em: 08 out. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008.

CABRAL, Cristiane Soares; MARIN, Angela Helena. **Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 33, ed.142079, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/LwWNFfpwcvWRvdwLTkMvdWF/?format=pdf>. Acesso em: 28, out. 2023.

CAINELLI, M.. **Educação Histórica: perspectivas de aprendizagem da história no ensino fundamental**. Educar em Revista, n. spe, p. 01–10, 2006.

CRICIÚMA (SC). **Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental**. Criciúma: Secretaria Municipal de Educação, 2020.



DO NASCIMENTO NETO, P.L. TENÓRIO COSTA, K.; NEVES BATISTA, G.; RODRIGUES DE BRITO, P.; RODRIGUES DE SOUZA, D.A **inclusão de alunos autistas nas aulas de História – um relato de experiência.** Ensino de História :Histórias, Memórias, Perspectivas e Interfaces, [S.l.], v .2, p .25 -34 ,2021.

DOMICIANO, Derick et al. **O ensino de história diante dos discursos negacionistas e revisionistas no contexto da pandemia: desafios e possibilidades.** Fronteiras - Revista Catarinense de História, Chapecó, v. 37, n. 37, p. 45-60, jul.-dez. 2021.

FERNANDES, F. D. M.; AMATO, C. A. de la H. **Análise de Comportamento Aplicada e Distúrbios do Espectro do Autismo: revisão de literatura.** Revista Brasileira de Educação Especial, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 141-154, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-65382009000100011].

FOUCAULT, M. Os **Normais.** Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo :Martins Fontes ,2010.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernardete A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas.** 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400016>. Acesso em: 23/10/2023.

GOMES, Manoel Messias; GOMES, Francisco das Chagas; ARAUJO NETO, Benjamim Bento de; MOURA, Niege Dagraça de Sousa; MELO, Severina Rodrigues de Almeida; ARAUJO, Suelda Felício de; NASCIMENTO, Ana Karina do; MORAIS, Lourdes Michele Duarte de. **Reflexões sobre a formação de professores: características, histórico e perspectivas.** Revista Educação Pública, v. 19, nº 15, 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/15/reflexoes-sobre-a-formacao-de-professores-caracteristicas-historico-e-perspectivas>

GUIMARÃES, S. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados.** Campinas :Papirus ,2012.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENEZES, R. F. de; LIMA, P. R. F.; RODRIGUES, B. S. F. **Ensino de História: uma proposta de aula na perspectiva da inclusão.** Research, Society and Development, [S. l.], v. 8, n. 8, p. e12881132, 2019. Disponível em: [https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1132].

NUNES, S. da S.; SAIA, A. L. TAVARES, R. E. **Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família.** Psicologia: Ciência e Profissão, [S. l.], v. 35, n. 4, p. 1106-1119, 2015.

OLIVEIRA, M. J. da S.; BRITO, I. P. L. de; PADILHA, M. A. S. **Aprendizagem ativa na educação básica: um relato de experiência no ensino remoto.** Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, [S. l.], Edição Especial, p. 155-172, abr. 2022. Disponível em: [https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/13693].

WEIZENMANN, Luana Stela; SZARESKI PEZZI, Fernanda Aparecida; Basso Zanon, Regina. **Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 20, n. 1, p. 107-122, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020217841>

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; ARAUJO, José Carlos Souza; CARVALHO, Carlos Henrique de. **Formação de professores no Brasil: obstáculos e expectativas.** Journal of Supranational Policies of Education, Madrid, n. 6, p. 54-69, 2017. Disponível em: 1. Acesso em: 07 nov. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15366/jospoe2017.6>

ROGERS, S. J.; DAWSON, G. **Intervenção precoce em crianças com autismo: modelo Denver para a promoção da linguagem, da aprendizagem e da socialização.** Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, Ltda, 2014.

SILVA, D.F. **As contribuições das teorias de Piaget e Vygotsky para a área da educação.** Monografia. Faculdade Internacional de Curitiba. Curitiba, 2010.

TOMLINSON, B. **O que é a diferenciação? Changing Teaching Practices – using curriculum differentiation to respond to students’ diversity.** Paris: UNESCO, 2004.